

O Cooperativismo Solidário e a Economia Solidária¹

Luiza Maria da Silva Rodrigues²

Em nossos discursos afirmamos que existem dois tipos de cooperativas, ambas avaliadas pelo seu modo de gestão. As Tradicionais e as de Economia Solidária. Mas quais são as diferenças? É importante sabermos de que modo nos diferenciamos de outros sistemas cooperativos para alcançarmos a nossa missão.

Introdução

As primeiras cooperativas surgiram no início do século XIX, tão logo a Revolução Industrial começou a gerar riquezas e acúmulos a alguns, e resultar a exploração, pobreza e exclusão a muitos.

A iniciativa de organizarem-se em cooperativas foi baseada na necessidade de recuperar o trabalho e a autonomia econômica que muitos trabalhadores de diversos ofícios como: alfaiates, guarda-livros, impressor, marceneiros, chapeleiro, tamanqueiro, mecânicos, sapateiros, que estavam perdendo com o processo de expansão do capitalismo.

A base fundamental das cooperativas naquele momento era de que não haveria a separação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores que nela atuassem. Sendo assim, todo o excedente gerado (lucros) que na cooperativa é chamado de sobras seria rateado entre os membros societários. Assim, por muito tempo as cooperativas espalharam-se pelo mundo. Entretanto a gestão destes empreendimentos foi sendo aos poucos contaminada pelo modo capitalista.

Segundo Paul Singer³, as cooperativas foram adaptando-se ao capitalismo, e deixaram de ser solidárias, quando passaram a assalariar os seus trabalhadores e administradores (sócios) para que os mesmos desenvolvessem suas atividades dentro da cooperativa. Ou seja, além de

¹ Texto produzido para o Programa de Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito.- Caderno V.

² Especialista em Desenvolvimento e Movimentos Sociais- Assessora do Infocos.

³ Texto de Paul Singer “ A recente ressurreição da economia solidária no Brasil” – texto não editado – Textos básicos sobre economia solidária- Vol II

possuírem participação de capital, participação nas sobras e instâncias diretivas, estes trabalhadores, também recebiam salários pelas funções que desempenhavam o que privilegiava um grupo de associados em relação aos demais, pois estes não sofrem sanções como empregados formais.

A perda dos valores de economia solidária foi rapidamente ocultada pela preocupação com o crescimento, substituindo o princípio da autogestão dos negócios da cooperativa. Quando estas cooperativas passaram a remunerar os seus trabalhadores através de salários e não mais escolhê-los em assembleias gerais, elas equiparam-se as empresas de capital, surgindo a pessoa do administrador ou gerente, que toma as decisões baseadas na sua visão do mercado e não mais pelos sócios, cabendo a estas pessoas poderes ilimitados na condução do empreendimento coletivo, e que nem sempre mantém seus vínculos com o quadro social. A estas chamamos de Cooperativa Empresarial ou Cooperativa Tradicional.

Mesmo havendo esta modificação do modo administrativo de gerir as cooperativas, a Aliança Cooperativa Internacional - ACI -, continua afirmando entre os seus princípios, a autogestão como um dos requisitos para se enquadrar como cooperativa, quando na prática muitos contratam e pagam salários aos seus administradores.

Para as cooperativas de economia solidária, os seus gestores são eleitos em Assembleias Gerais por todos os associados e a eles são delegados diretrizes na condução, coordenação e definição de políticas da cooperativa, para que sempre se pautem nas necessidades do quadro social, havendo ainda o fato de, estes eleitos mantêm em suas mãos o poder de decisão sobre o caminho da instituição, e não delegam as decisões a outros contratados, compreendendo que para outras atividades que não diretivas, a contratação de pessoas especializadas se faz necessário.

O cooperativismo Solidário, assim como a Economia solidária, não é um movimento criado, estabelecido e determinado por alguém que entendeu que o mundo do jeito que está não dá mais! Ele é dinâmico em cada iniciativa que surge de cooperação entre as pessoas, e se fortalece por meio dos movimentos sociais, outras cooperativas solidárias, na participação em organizações pastorais, entre outras.

Para o cooperativismo de economia solidária, há a compreensão de que não exercemos apenas um movimento econômico nas ações cooperativas e, sim, buscamos a melhora contínua na qualidade de vida da população em geral, além dos associados. Todas as ações devem buscar ligação com os movimentos sociais aos quais pertencem o quadro social de nossa cooperativa, ultrapassando o sentido puramente econômico, incluindo as demandas qualitativas de outras áreas como a educação, saúde, moradia, alimentação, entre tantas outras necessidades para o desenvolvimento humano.

Compreendemos também que a economia solidária não é uma circunstância jurídica, mas sim uma ação entre as pessoas. A economia solidária é um outro jeito que homens, mulheres, jovens e crianças encontram para por meio de trabalho coletivo, estabelecer novas formas de geração de renda, e demais necessidades coletivas sejam supridas, e a sustentabilidade ambiental é preservada.

Assim como a economia solidária, o cooperativismo se orienta por uma série de princípios que determinam como devem ser as cooperativas pelo mundo todo. Os princípios que nos regem são: **Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática e Livre pelos Membros; Participação Econômica dos Membros; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Interesse pela Comunidade; e a Inter-cooperação.** São estes princípios que qualificam uma organização em cooperativa ou não.

Para as cooperativas de Economia solidária todos os princípios são importantes, entretanto há alguns que são especiais, ou seja, garantem a funcionalidade de todos os demais, ao mesmo tempo em que constrói e fortalece a participação do quadro social no empreendimento cooperativo. Estamos falando de **Gestão Democrática** e da **Educação, Formação e Informação.**

A Educação, Formação e Informação

A educação, formação e informação são conceitos que demonstram a importância e o compromisso de pensar o conhecimento como ferramenta de alcance dos direitos sociais a todo quadro social. Pois neste princípio agregamos a oportunidade de trocas de saberes e culturas, partilhando não só a condição econômica, mas as vivências de cada sócio, família, comunidade ou grupo. Compreendendo que o conhecimento, aos integrantes do quadro social e demais pessoas, é uma possibilidade de superação do atual capitalismo para um novo modo de organização social.

Quando as pessoas possuem acesso ao conhecimento, em diversas áreas (tecnologia, ciências, comunicação, política, entre outras) as possibilidades das novas iniciativas dar certo aumentam. Vejamos o caso das cooperativas de crédito Cresol: aos diretores e lideranças destas instituições é oferecida uma série de oportunidades de conhecimento: O Curso de Gestão em Cooperativismo, Programa de Formação de Agentes Comunitários⁴, Cursos para Conselheiros Fiscais, cursos para Diretores Iniciantes, Seminários sobre Planejamento, debates. São estes processos que proporcionam o acesso ao conhecimento e a construção de ferramentas de Gestão Democrática e coletivas para a autogestão.

É por meio destes momentos de estudo que inúmeras alternativas de ampliação da ação cooperativa se desenham. Acrescentando ao exemplo do Sistema Cresol, em que se constatou que o principal produto financiado pelas suas cooperativas é o leite, surgiu a necessidade de organizar o setor produtivo do leite, assim, sucessivamente, destes caminha-se para as cooperativas de Comercialização, Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER-, e outras que ainda podem surgir, enfim a participação acaba gerando outras iniciativas que vão suprimindo as necessidades, que vão aparecendo na caminhada.

Podemos avançar ainda mais quando lembramos que por séculos fomos educados para agir de maneira individual na busca por soluções de nossos problemas, sejam econômicos, sociais, culturais e de outros, passamos pelo fato de que precisamos desenvolver em nós e nas demais pessoas, o hábito da cooperação. Incluindo na dinâmica familiar, comunitária, em nossos municípios e por que não para a humanidade toda.

⁴ INFOCOS – Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, Caderno IV, ano 2008.

Quer um exemplo? A continuidade de vida humana no planeta depende da cooperação de todos pela preservação ambiental, diminuindo o aquecimento global e até mesmo na melhor distribuição dos alimentos à população. Mas precisamos aprender a pensar, atuar e seguir cooperativamente. Isto não quer dizer que todos devemos gostar do azul. Entretanto, nosso trabalho de cooperação é exercido no cotidiano quando conseguimos superar nossas diferenças para o ganho de todos e do planeta, construindo muitas possibilidades de preservá-lo, potencializando metodologias de energias alternativas, organizando ações de comércio justo, entre outras.

Gestão Democrática da Cooperativa

Nas empresas privadas, dificilmente um empresário precisa justificar, explicar ou ser transparente nas suas decisões. Porém nas cooperativas solidárias cabe aos diretores eleitos a responsabilidade de dirigir e manter o empreendimento cooperativo atendendo aos associados, utilizando-se de diversos instrumentos que possibilitem o acesso ao conhecimento e dos acontecimentos relacionados a situação da cooperativa. No cooperativismo solidário, bem como no empreendimento de economia solidária todos os participantes são responsáveis, decidindo em conjunto e se beneficiando dos frutos gerados pela iniciativa.

Entretanto, ao ser eleito para a gestão da cooperativa, vem a mente uma série de dúvidas que são inerentes à nova forma de gestão, afinal administrar um empreendimento de muitos pode dar certo ou errado, dependendo das escolhas que são feitas.

No caso das cooperativas, além da confiança mútua existente entre os sócios e aos diretores eleitos, os mesmos respondem solidariamente pelo sucesso ou fracasso, havendo uma necessidade constante de conhecimento e troca de informações para decidir sobre inúmeras questões como: produtos, preços, taxas de juros, sustentabilidade, nível de equilíbrio, liquidez, entre tantos outros conceitos que passam a fazer parte da linguagem cotidiana dos diretores. Todas estas decisões tendem a ser acertadas quando o diretor conhece os demais sócios, e estes colaboram apontando as necessidades,

discutindo novos produtos e efetivando sua implantação, conseguindo ganhos a todo quadro social.

O papel do Agente Comunitário de Desenvolvimento e Crédito tem muito a contribuir na construção e fortalecimento destes dois princípios, da Educação, Formação e Informação e da Gestão Democrática. No encontro seguinte, em que trataremos sobre o papel do agente, apontaremos uma série de possibilidades de nossa atuação, melhorando sempre a ação da cooperativa de economia solidária, estreitando os laços entre a cooperativa e o quadro social. Laços não apenas econômicos, mas de confiança, de cooperação, de solidariedade entre a direção e os demais associados. Estas atitudes geram projetos de longo prazo que solidificam a vida do agricultor familiar e da cooperativa, permitindo integração com a vida de cada cooperado.

Referencias

<http://www.uff.br/incubadoraecosol/textos.htm>

textos básicos sobre economia solidária Vol 1 e Vol 02

INFOCOS. **Refletindo a cooperativa e reconstruindo o projeto de vida.** Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. 64 p. (Cadernos INFOCOS I.V, Série: Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito).